

A ARQUEOLOGIA COMO UMA DAS UTOPIAS DA MODERNIDADE*

por

Vítor Oliveira Jorge**

A Modernidade, entendida como uma situação histórica recente (últimos três séculos) criada pela civilização ocidental, tem, entre as suas várias características estruturantes, a da vontade de abrangência, o desejo totalizante de universalidade. O ser racional quer compreender tudo, abarcar todo o espaço e todo o tempo, e inclusivamente (é a ideologia do planeamento, das sondagens, das estatísticas) “colonizar o futuro” (veja-se, por ex., a frequência com que esta palavra é usada na documentação da “Porto 2001”, onde um dos ciclos de palestras se denomina “O Futuro do Futuro”, numa espécie de imaginação em fuga, para além dos limites concebíveis, numa ânsia de “chegar antes de”). Boa parte (para não dizer tudo) do que antes delegávamos em Deus, queremos agora realizar por nós – se possível, por cada um de nós!

Esta forma de racionalidade, que é a nossa, ocidental – e que por isso temos dificuldade em descentrar como uma das muitas teoricamente possíveis, aceitando até como ela pode ser incompreensível para outras culturas, ou mesmo agressiva para elas – está eivada de contradições óbvias. Se quisermos, alimenta-se de utopias que a realidade vivida desmente quotidianamente.

Por exemplo, a generalização de certos bens antes aristocráticos (o saber, a viagem, o lazer, o conforto, a segurança, etc.) às “massas”, como condições de uma situação igualitária de cidadania, é contemporânea de uma banalização da violência, da guerra, da exclusão, da conflitualidade, e de uma desqualificação de cada experiência, proposta miticamente como “modelo”, mas na realidade ele-

* Resumo da conferência pronunciada na Faculdade de Letras do Porto, em 13 de Novembro de 2001, integrada no ciclo “A Utopia”, organizado pelo Departamento de Estudos Anglo-Americanos. Para a colega Prof.^a Doutora Fátima Vieira vão os agradecimentos do autor, pelo estimulante convite para reflectir em público sobre este tema.

** Departamento de Ciências e Técnicas do Património – Faculdade de Letras da U.P.

mento de uma “série” (veja-se a publicidade, como se dirige ao indivíduo, para conseguir vender o mais massivamente possível; ou a ideologia do turismo, que propõe a experiência do único, do “típico”, do jamais visto, adentro de padrões pré-fabricados para multidões em sequência interminável).

Estas contradições – que em última análise decorrem da dificuldade de massificar uma condição de individuação, isto é, de generalizar essa criação ocidental por excelência que é o “indivíduo” (eu sou único, mas quero ter acesso a tudo quanto os outros supostamente têm, os meus “direitos universais”) – podem ver-se de forma céptica (são insanáveis, decorrem de utopias jamais realizáveis) ou optimista (a Modernidade ainda não se cumpriu, é apenas uma película recente na longa estratificação da história). Evidentemente que na realidade nada é assim tão simples, e por vezes cada um de nós oscila algures entre os dois pólos apontados.

Aquela última modalidade – tendencialmente optimista –, mais mobilizadora, pode apontar para uma certa escatologia, para um Futuro (encontramo-lo de novo) em que tudo tenderá a harmonizar-se. A utopia – horizonte do concebível, do imaginável – é importante como motor da realidade, fasquia mais alta que orienta o movimento – horizonte do concretizável.

Do meu ponto de vista, o facto de alguns valores terem sido “inventados” pela civilização ocidental não lhes retira capacidade de universalização. Será talvez até o nosso contributo mais útil e duradouro a outras culturas. Refiro-me à democracia, à separação dos poderes (estado laico, independente da religião, e dentro dele, diversidade dos poderes executivo, legislativo, judicial) aos direitos humanos, ao reconhecimento da variabilidade e das múltiplas diferenças (homens, mulheres, crianças, diferentes opções de vida podendo conviver entre si, etc.) – devidamente apartados das práticas do sistema capitalista, entretanto mais ou menos espalhado a todo o planeta, com o que tem de pernicioso, de predador, de redutor de tudo e de todos (incluindo os valores) a simples mercadorias.

Muitos não compreenderam ainda uma evidência: a Arqueologia é um produto da nossa civilização ocidental moderna. Permitiu (em colaboração com inúmeros outros saberes), por um lado, integrar na história uma grande variedade de conhecimentos sobre a experiência humana que antes estavam arredados dela, na medida em que a História era essencialmente a dos (actos, acontecimentos, pessoas) que tinham ficado registados na “escrita”. Ampliou de 5.000 para 3.000.000 de anos a referida história... embora ainda hoje a maior parte dos livros ou cursos de História concedam à “Pré-história” (período antes da escrita) o estatuto de simples e breve “introdução”.

Por outro lado, a Arqueologia integra-se na ideologia do ordenamento do território e da racionalização do espaço, dando sentido, como “lugares visitáveis” (prática do turismo), a sítios antes em ruínas, ermos, abandonados, desconhecidos (muito louvados pelo Romantismo, o qual pressupunha o interesse de apenas uma

elite pelos mesmos). Trata-se de pôr ordem no caos, transformando locais sem valia em “sítios arqueológicos”, e estes em parques, ou áreas de lazer, se possível com centros de acolhimento, lojas, outras infra-estruturas logísticas, etc. Ao mesmo título que um centro comercial ou uma área de serviço de auto-estrada. Como um museu, o sítio arqueológico fornece uma “cápsula de tempo”, ou seja, uma experiência sobre realidades passadas, fora do quotidiano mas perfeitamente integrada neste, e confortando um desejo de evasão temporária, ao mesmo tempo que uma sensação de “eternidade”, de se conseguir, pela imaginação, abarcar a totalidade que a Modernidade promete: o Presente, o Passado, e o Futuro.

Isto passa-se num momento em que a Arqueologia, através da sua maturação, como saber e experiência, se apercebeu de que toda a paisagem, todo o território, é que dá sentido aos sítios. Mas ela vê-se cada vez mais cantonada a estes, pois que perde constantemente “espaço de manobra” face às grandes obras públicas ou outros interesses poderosos que actuam sobre o território (o baixo vale do rio Côa, em Portugal, foi uma excepção que confirma a regra). Aliás, uma arqueologia da paisagem exige meios técnicos e financeiros grandes, e sobretudo uma “consciência cultural” que em geral não existe nos decisores ou empreendedores – a de que os “testemunhos do passado” poderão não ser escolhos a remover, mas valores ou recursos qualificadores do espaço (rural ou urbano), conferindo a este densidade e “memória”.

Mesmo ao nível dos sítios, por cada um estudado convenientemente (é um trabalho que pode exigir décadas) centenas ou milhares são irreversivelmente destruídos, em geral sem conhecimento ou avaliação prévia de todo o seu valor potencial (em muitos casos só a escavação – lenta e dispendiosa por natureza – permitiria de facto compreender bem um local). Trata-se portanto de uma prática predadora (que vai, aliás, contra a ideologia da modernidade), que se compreende (mas não se pode aceitar passivamente) se pensarmos no que acontece com outros recursos ambientais, como a água, o ar, o solo, etc. – em degradação acelerada e constante.

Ou seja, se a “consciência culta” contemporânea já integrou a Arqueologia como uma das muitas utopias necessárias para continuarmos a viver com alguma felicidade, até mesmo a maior parte das pessoas que partilham de tal “consciência” têm ainda uma visão muito redutora deste campo. Quanto às outras, que são a maioria, vivem alheadas de tais questões, imersas na acção prática, sem aparente reflexão crítica, e, na lógica do ganho a curto prazo, desprovidas da mínima noção de responsabilidade face às gerações futuras. O egoísmo, o individualismo, a ignorância e a prepotência são bons aliados. Aparentemente validadas pelo êxito social, muitas pessoas vivem, sem aparentemente o saberem, em défice de consciência de cidadania... mas, quem pode conceber-se a si próprio como não tendo qualquer défice a esse nível?...

A lógica da Modernidade, que criou a Arqueologia, criou também a noção de património: um conjunto de valores ambientais e culturais, envolventes, supostamente herdados, para nosso uso comum, mas dentro de limites que, se ultrapassados, podem levar a um sentimento de perda irreparável. Esta noção de “limite”, aceite colectivamente, e de responsabilidade ética comum, é muito difícil de implementar em termos sociais.

O património, inicialmente herança familiar, transformou-se em legado colectivo; e os valores ou símbolos de uma velha elite (aristocracia) passaram a ser vistos como manifestações ou obras de todo um povo, que ao usufruto comum deste deviam ser devolvidos. Por isso, já durante a Revolução Francesa surgiram vozes que se opunham à destruição dos edifícios ou outros bens que tinham pertencido aos nobres, reinscrevendo-os na nova ordem emergente, como testemunhos do “génio colectivo” e instrumentos de educação das gerações vindouras. A vontade de construir o novo não podia fazer tábua rasa do passado, antes tinha de elaborar uma releitura desse passado. A história, ao deslocar-se da ordem tradicional, precisava de novos símbolos e de novos lugares de integração e de celebração do sentimento colectivo – e assim se transformaram em museus ou monumentos, quais locais de culto laico, muitos edifícios ou propriedades que de outros modo teriam sido destruídos ou vandalizados. A musealização corresponde à função de conservar, de parar o tempo, de criar cápsulas onde será depois possível aos visitantes entrarem imaginativamente na intimidade do passado, olhando o que foram objectos quotidianos como ícones investidos de uma auréola de eternidade – furtados à voracidade da decomposição. Daí o fascínio das múmias, que permitem observar esse passado mítico e individualizado, “cara a cara”.

Uma experiência de perda, com o conseqüente luto que exige para suturar a ferida psicológica que provoca, é evidentemente do domínio do subjectivo, do emocional. O património, com a sua ligação inextricável à ideia de “perda”, tem essa densidade, subjectividade e complexidade que se furta a uma enumeração fria. O que para uns é praticamente irreparável, pode ser para outros completamente indiferente. Como conjugar esta consciência de pluralidade com a aceitação de regras sociais que impeçam a depredação de valores que, para o serem, têm de estar minimamente balizados por uma hierarquização valorativa, por um quadro comum de referência? Por exemplo, ser-nos-ia difícil, provavelmente intolerável, assistir à demolição do mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, ou da igreja dos Clérigos, no Porto. São ícones dessas cidades, mas também do país, e certamente não só do nosso país. Mas aceitámos, explícita ou tacitamente, que o grande complexo de arte rupestre do vale do Tejo, um dos mais importantes da Europa, ficasse debaixo de água devido à barragem de Fratel, nos inícios dos anos 70. Aceitámos durante décadas, explícita ou implicitamente, que a cidade de Braga (Bracara Augusta) fosse destruída sistematicamente em grande parte das suas

raízes romanas, até que finalmente a Universidade do Minho, e, mais tarde, a autarquia, conseguissem de algum modo começar a conter e a controlar o processo, quando ele já ia muito adiantado. Quantos cidadãos portugueses estão conscientes destes assuntos, sabem que eles são apenas a ponta de um icebergue de ameaças que se estendem permanentemente a todo o território, e assumem a sua responsabilidade para com esses patrimónios colectivos, em cada local onde vivem?...

A Arqueologia, vista como um modo de olhar o espaço envolvente, e como um conjunto de saberes abertos ao diálogo com outros agentes sociais, é, quanto a mim, uma boa utopia, no sentido mobilizador. A sua prática exige um grande diálogo com Outros, na medida em que interfere com interesses diversos, eventualmente conflituais, que incidem sobre o território. Sendo uma prática dispendiosa, implica necessariamente a mobilização de recursos que só têm sentido se forem socialmente interessantes. A Arqueologia é a produção de um saber, mas também de serviços que estão para além de um puro conhecimento científico ou livresco. Todavia, essa não é uma razão para nivelar o nosso trabalho por padrões de qualidade discutível, nem para escamotear a complexidade da investigação em favor de pressões sociais que por vezes são ilegítimas, porque não ponderam, em pratos da balança iguais, as várias hipóteses e “razões” em jogo. Os arqueólogos estão habituados a perder muitas causas, mas a população em geral teria interesse em compreender que eles são guardiões de um património colectivo que, infelizmente, ainda são os únicos a compreender em toda a sua importância no momento em que se exigem opções drásticas, de que não há retorno possível. As marcas da experiência humana no território não se repetem nem se reproduzem – por isso, cada decisão deve ser partilhada e muito responsável, num mundo onde o afã de construir, de transformar o território, de “desenvolver” é, por toda a parte, enorme, e considerado automaticamente, acriticamente, como um valor em si mesmo.

Em última análise, o êxito ou inêxito da Arqueologia dependem de uma política mais geral que, visando sempre os grandes objectivos, saiba em cada momento calibrar os meios existentes e os fins exequíveis, e, adentro de um quadro aceite pela maioria dos cidadãos, seja capaz de abrir espaço de manobra para competências e vontades emergentes, inovadoras, criativas.

Assim, uma esfera de actividade que tem na sua matriz “o velho” (arqueologia, ciência do antigo), pode realizar-se completamente na sua vontade de produção do novo, na acepção que a Modernidade lhe conferiu. E que só se poderá cumprir cabalmente quando a Arqueologia for tão respeitada, e sentida como necessária, como a Arquitectura ou a Engenharia.